

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA:
CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO EM COMUNIDADES CAIÇARAS
DE GUARAQUEÇABA-PR**

**HERITAGE EDUCATION AS A PEDAGOGICAL TOOL: CULTURE,
HERITAGE AND TOURISM IN CAIÇARA COMMUNITIES OF
GUARAQUEÇABA-BRAZIL**

**EDUCACIÓN PATRIMONIAL COMO HERRAMIENTA PEDAGÓGICA:
CULTURA, PATRIMONIO Y TURISMO EN COMUNIDADES CAIÇARAS
DE GUARAQUEÇABA-PR**

Jackson Moraes Barcelos¹

RESUMO

O artigo discute a educação patrimonial como prática pedagógica na educação básica, com foco nas comunidades caiçaras de Guaraqueçaba-PR. Considerando o patrimônio imaterial como recurso para valorizar saberes e fortalecer identidades locais, o estudo explora o papel da cultura, da memória e do turismo cultural na formação crítica dos estudantes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados apontam que a inserção do patrimônio cultural no currículo contribui para práticas educativas integradas ao território e à comunidade, ampliando os letamentos e o pertencimento. Conclui-se que a valorização da cultura local na escola rompe com modelos descontextualizados e fortalece o ensino como leitura de mundo.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Cultura caiçara. Turismo cultural. Território. Escola do Campo.

ABSTRACT

The article discusses heritage education as a pedagogical practice in basic education, focusing on the caiçara communities of Guaraqueçaba, Brazil. Considering intangible heritage as a resource to value knowledge and strengthen local identities, the study explores the role of culture, memory, and cultural tourism in students' critical education. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographical review and document analysis. The results indicate that integrating cultural heritage into the curriculum promotes educational practices connected to territory and community, expanding literacy and belonging. It concludes that valuing local culture at school breaks with decontextualized models and strengthens education as a world reading.

Keywords: Heritage education. Caiçara culture. Cultural tourism. Territory. Rural education.

¹ Mestre em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná. <https://orcid.org/0009-0002-7849-8198>, e-mail: jacksonbarcelos@gmail.com.

RESUMEN

El artículo discute la educación patrimonial como práctica pedagógica en la educación básica, con enfoque en las comunidades caiçaras de Guaraqueçaba-PR. Considerando el patrimonio inmaterial como recurso para valorar los saberes y fortalecer las identidades locales, el estudio explora el papel de la cultura, la memoria y el turismo cultural en la formación crítica de los estudiantes. La investigación adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica y análisis documental. Los resultados indican que la incorporación del patrimonio cultural en el currículo contribuye a prácticas educativas integradas al territorio y a la comunidad, ampliando los alfabetismos y el sentido de pertenencia. Se concluye que la valorización de la cultura local en la escuela rompe con modelos descontextualizados y fortalece la enseñanza como lectura del mundo.

Palabras clave: Educación patrimonial. Cultura caiçara. Turismo cultural. Territorio. Escuela del campo.

INTRODUÇÃO

Quando se observa o município de Guaraqueçaba, no litoral do estado do Paraná, o que se encontra vai além daquilo que o olhar turístico convencional é capaz de enxergar. Trata-se de um território vivo, habitado por comunidades caiçaras que mantêm tradições culturais ancestrais, como o fandango, a pesca artesanal, o cultivo em roça de coivara e os mutirões comunitários, práticas que resistem ao avanço das lógicas econômicas que muitas vezes invisibilizam modos de vida tradicionais. No entanto, apesar dessa riqueza cultural, muitas dessas manifestações permanecem distantes do ambiente escolar, limitadas ao senso comum ou estigmatizadas como "coisa do passado".

Na contramão dessa invisibilização, a educação patrimonial surge como uma perspectiva pedagógica potente para trazer esses saberes para dentro da escola, possibilitando aos estudantes a leitura do mundo a partir de sua própria realidade. Inspirada em autores como Paulo Freire (1996), que defende que "não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes", a educação patrimonial se propõe a romper com a lógica de um currículo descontextualizado, que muitas vezes ignora os saberes e as culturas locais em nome de conteúdos universalizantes e distantes do cotidiano dos estudantes.

O município de Guaraqueçaba abriga diversas comunidades que, mesmo diante das adversidades, mantêm vivas suas práticas culturais e seus modos próprios de existir. No entanto, é comum observar que a escola, enquanto espaço institucionalizado de ensino, pouco dialoga com essa diversidade cultural. Os currículos frequentemente desconsideram as práticas culturais das comunidades em que estão inseridos, limitando-

se a conteúdos genéricos e descolados da realidade dos estudantes. Isso gera um processo de desvalorização da cultura local e de distanciamento entre escola e comunidade.

Nesse cenário, a educação patrimonial pode ser compreendida como um caminho para ressignificar o papel da escola na formação de sujeitos críticos e conscientes de seu lugar no mundo. Mais do que ensinar sobre o patrimônio de forma conteudista, trata-se de promover experiências pedagógicas que permitam aos estudantes reconhecerem-se como sujeitos históricos e culturais, capazes de interagir criticamente com a realidade que os cerca. Isso implica em valorizar o território como espaço educativo e em reconhecer as comunidades como espaços de produção de saberes legítimos.

Autores como Candau (2019) e Hall (2006) reforçam que a identidade cultural não é algo fixo, mas um processo em constante construção, atravessado por memórias, vivências e pertencimentos. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na construção dessa identidade, ao mediar o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais das comunidades. Trabalhar com educação patrimonial significa, portanto, romper com a lógica do currículo colonizador e abrir espaço para uma educação que valorize as culturas locais e os sujeitos que delas fazem parte.

O turismo cultural, nesse contexto, surge como uma possibilidade de ampliar o diálogo entre escola e comunidade, desde que seja desenvolvido de forma crítica e participativa, evitando a mercantilização da cultura e promovendo o protagonismo das comunidades locais. A escola pode atuar como mediadora desse processo, contribuindo para que o turismo cultural seja uma ferramenta de fortalecimento da identidade caiçara e de valorização do patrimônio imaterial.

A escolha pelo município de Guaraqueçaba-PR como recorte deste estudo se justifica não apenas pela riqueza cultural ali presente, mas também pelos desafios enfrentados pelas comunidades na luta pela preservação de seus modos de vida. Ao discutir a educação patrimonial nesse contexto, busca-se evidenciar que a escola tem um papel estratégico na construção de práticas educativas que valorizem a cultura local, contribuindo para o fortalecimento da identidade e do pertencimento territorial dos estudantes.

Este artigo, portanto, tem como objetivo refletir sobre as potencialidades da educação patrimonial como prática pedagógica nas escolas das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba-PR. Para isso, parte-se da compreensão de que o patrimônio cultural

não deve ser visto apenas como objeto de estudo, mas como elemento vivo que atravessa o cotidiano dos estudantes e que pode ser mobilizado como ferramenta de leitura de mundo, de construção do conhecimento e de formação cidadã.

A seguir, serão apresentados os referenciais teóricos que fundamentam esta discussão, destacando a relação entre educação patrimonial, cultura local e práticas pedagógicas na educação básica, com vistas a contribuir para o fortalecimento de uma educação situada, crítica e transformadora.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CULTURA LOCAL

O conceito de educação patrimonial surge da necessidade de superar a visão tradicional e restrita do patrimônio cultural, frequentemente limitado a monumentos, prédios históricos ou objetos museológicos. Na perspectiva adotada neste estudo, o patrimônio cultural é entendido como tudo aquilo que carrega sentidos e significados construídos coletivamente por um povo ao longo do tempo, incluindo práticas, saberes, modos de vida, celebrações e manifestações culturais que dão identidade e pertencimento a uma comunidade (IPHAN, 2000).

O patrimônio cultural pode ser classificado em duas grandes categorias: o material e o imaterial. O primeiro refere-se aos bens palpáveis, como edificações, objetos, obras de arte e monumentos. Já o segundo abrange as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, como é o caso do fandango caiçara, das rodas de viola, das festas religiosas, da culinária tradicional e da pesca artesanal em Guaraqueçaba (UNESCO, 2003).

Ao trazer esses elementos para o campo da educação, a educação patrimonial se propõe a romper com a fragmentação curricular e a integrar o patrimônio cultural à prática pedagógica. Paulo Freire (1996) nos ensina que "não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes". Essa afirmação é essencial para compreendermos que o conhecimento não se restringe aos livros didáticos ou aos conteúdos escolares formais, mas está presente no cotidiano das comunidades, nos saberes populares e nas práticas culturais que, muitas vezes, são marginalizadas ou desvalorizadas pela escola.

Nesse sentido, trabalhar com educação patrimonial na escola significa proporcionar aos estudantes oportunidades de reconhecer, valorizar e problematizar o patrimônio cultural que os cerca. É permitir que eles se vejam como parte de uma

história e de uma cultura viva, em constante transformação. Hall (2006) argumenta que a identidade cultural não é um dado fixo, mas um processo dinâmico de construção social, no qual memória, cultura e território se entrelaçam para dar sentido às experiências e aos pertencimentos dos sujeitos.

Candau (2019) complementa essa perspectiva ao destacar a importância da interculturalidade crítica como caminho para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural presente nas escolas e nas comunidades. Para a autora, a interculturalidade crítica vai além da simples celebração da diversidade; ela busca promover o diálogo entre os diferentes saberes e culturas, problematizando as relações de poder que historicamente marginalizam determinados grupos sociais.

Ao abordar a cultura caiçara como patrimônio imaterial, a escola tem a oportunidade de resgatar e valorizar práticas culturais que fazem parte da identidade local, como o fandango, os mutirões de plantio e colheita, as festas religiosas e as narrativas orais transmitidas de geração em geração.

Entre as manifestações mais representativas do patrimônio imaterial caiçara está o fandango, expressão musical e dançante que integra memória, oralidade e coletividade. Sua presença nas práticas escolares pode fortalecer a identidade local e aproximar os estudantes de seus referenciais culturais.

Figura 1 – Roda de Fandango Grupo Pirão do Mesmo em Ilha Rasa, Guarapuava-PR.



Fonte: @grupodefandango_pirao.do.mesmo, 2023.

Mais do que um evento festivo, o fandango é um saber ancestral que articula música, dança, construção de instrumentos e narrativas comunitárias. Ao ser inserido no currículo escolar, torna-se uma ponte entre gerações e uma potente ferramenta de valorização da cultura viva.

Essas práticas carregam saberes que são fundamentais para a construção da identidade dos estudantes e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território em que vivem.

Além disso, a educação patrimonial pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a relação entre cultura e poder, possibilitando que os estudantes compreendam as dinâmicas de valorização e desvalorização cultural que ocorrem em diferentes contextos sociais. Ao reconhecer o valor do patrimônio cultural local, a escola pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades culturais e para a promoção de uma educação mais justa e democrática.

Por fim, é importante destacar que a educação patrimonial não se limita ao estudo do passado ou à preservação de tradições. Ela deve ser compreendida como uma prática educativa que dialoga com o presente e com o futuro, estimulando os estudantes a refletirem sobre o que desejam preservar, transformar ou ressignificar em suas comunidades. Dessa forma, a educação patrimonial se torna uma ferramenta potente para a construção de uma educação que valoriza a cultura local, promove o protagonismo dos estudantes e contribui para o fortalecimento da identidade e do pertencimento territorial.

TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

O turismo em comunidades tradicionais exige uma reflexão crítica e cuidadosa. Historicamente, foi apresentado como alternativa de desenvolvimento local, mas nem sempre respeitou os saberes e os direitos das populações que vivem nesses territórios. Barreto (2001) alerta que muitas iniciativas acabam mercantilizando as culturas locais, transformando-as em produtos para o consumo externo. Cunha (2009) acrescenta que, em muitos casos, a apropriação dessas manifestações culturais é feita sem o devido reconhecimento dos sujeitos e das comunidades que as mantêm vivas.

Apesar disso, quando pensado em diálogo com a comunidade, o turismo cultural pode se tornar uma ferramenta de valorização do patrimônio imaterial e de fortalecimento da identidade local. Brandão (2007) reforça que o turismo pode

funcionar como um meio de promover o reconhecimento dos saberes populares e das práticas culturais que historicamente foram invisibilizadas pela lógica urbana e industrial. Nessa perspectiva, a escola desempenha papel central, integrando o currículo às práticas culturais e sociais da comunidade, promovendo uma educação que seja realmente enraizada no território (Freire, 1996).

Em Guaraqueçaba, por exemplo, o fandango caiçara é uma manifestação cultural que, além de carregar a identidade de muitas famílias, passou a ser incorporado em atividades turísticas. Silva e Oliveira (2018) destacam que a escola pode atuar na mediação entre tradição e turismo, garantindo que as práticas culturais não sejam esvaziadas de seus significados. A presença da cultura caiçara nas práticas educativas permite não apenas o resgate da memória local, mas também o fortalecimento da autoestima dos estudantes, que se reconhecem como parte ativa de um processo histórico-cultural vivo.

O desafio, porém, está em garantir que o turismo não se torne uma prática desrespeitosa ou exploratória, mas sim uma ação planejada e conduzida de forma ética, que envolva a comunidade em todas as etapas. Isso exige, segundo Caldart (2011), que a escola promova uma educação do campo comprometida com os sujeitos que vivem e constroem o território, rompendo com modelos pedagógicos que ignoram a realidade local.

Nesse sentido, o currículo da educação do campo deve incluir discussões sobre turismo, cultura e desenvolvimento, promovendo projetos que articulem teoria e prática. Projetos pedagógicos como o mapeamento cultural da comunidade, a realização de rodas de conversa com mestres e mestras da cultura local, e a organização de visitas mediadas pelos próprios estudantes são práticas que podem tornar o currículo mais vivo e conectado com o território.

Além disso, a escola pode atuar como espaço de formação política, debatendo as políticas públicas de turismo e cultura que impactam diretamente a comunidade. Envolver os estudantes na análise dessas políticas contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de defender os interesses de suas comunidades e de atuar na construção de práticas turísticas que respeitem a cultura e o modo de vida local (Molina, 2017).

A prática pedagógica que integra o turismo cultural à educação do campo deve partir da escuta atenta das comunidades, valorizando seus saberes, suas histórias e suas formas de organização social. Stedile (2005) afirma que a educação do campo deve ser uma ferramenta de resistência e de luta, capaz de fortalecer o protagonismo dos sujeitos

e de contribuir para a construção de projetos de desenvolvimento que sejam justos e sustentáveis.

O turismo cultural, quando articulado à educação patrimonial e à educação do campo, pode se transformar em uma prática educativa que fortalece a identidade cultural, promove o pertencimento territorial e contribui para a valorização das comunidades tradicionais. No entanto, para que isso aconteça, é fundamental que a escola assuma seu papel político e social, atuando de forma crítica e comprometida com a realidade local.

Portanto, o turismo cultural deve ser entendido não apenas como uma atividade econômica, mas como uma prática social e educativa que pode fortalecer a cultura local e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para isso, é necessário que a escola desenvolva projetos pedagógicos que articulem o currículo à realidade do território, promovendo o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes populares.

Em síntese, o turismo cultural, quando desenvolvido de forma ética e participativa, pode ser uma importante ferramenta de valorização da cultura caiçara e de fortalecimento das comunidades de Guaraqueçaba. A escola, ao reconhecer o território como espaço educativo, contribui para a formação de sujeitos que valorizam sua cultura, que compreendem as dinâmicas sociais e econômicas que os afetam e que se posicionam de forma crítica e participativa na construção de seu futuro.

Na próxima seção, será apresentada a contextualização do município de Guaraqueçaba-PR, destacando as especificidades culturais, sociais e territoriais que justificam a escolha deste recorte para o desenvolvimento do presente estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: GUARAQUEÇABA-PR

Localizado no litoral norte do estado do Paraná, Guaraqueçaba é um município que integra a região conhecida como Lagamar, reconhecida por sua riqueza ambiental e por abrigar uma das maiores extensões contínuas de Mata Atlântica preservada do Brasil.

A configuração territorial de Guaraqueçaba, marcada por uma extensa área de ilhas e por uma relação histórica entre cultura e natureza, revela paisagens que expressam não apenas a biodiversidade da Mata Atlântica, mas também os modos de



vida caiçaras profundamente enraizados no litoral paranaense. A seguir, apresenta-se uma imagem que ilustra a dimensão geográfica e simbólica desse território.

Figura 2 – Vista panorâmica da comunidade caiçara da Ilha Rasa, localizada no litoral do município de Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo do autor, 2025

A paisagem retratada evidencia como o espaço físico está entrelaçado à identidade cultural das comunidades caiçaras, que moldam suas práticas e saberes a partir da relação ancestral com o território. Essa geografia não é apenas cenário, mas também sujeito da experiência coletiva, memória viva e campo de disputa por reconhecimento e pertencimento.

Com uma população estimada em pouco mais de oito mil habitantes, distribuídos entre o continente e diversas ilhas, Guaraqueçaba destaca-se não apenas pela sua importância ecológica, mas também pela riqueza sociocultural das comunidades caiçaras que ali vivem (IBGE, 2022).

O município abriga diversas unidades de conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba e o Parque Nacional de Superagüi, reconhecido internacionalmente como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO. Essas áreas de proteção ambiental visam garantir a preservação dos ecossistemas da região, mas também geram uma série de desafios para as comunidades locais, especialmente no que diz respeito ao uso e ao acesso aos recursos naturais (PEREIRA, 2016).

As comunidades caiçaras de Guaraqueçaba possuem uma relação histórica e cultural profunda com o território. Tradicionalmente, essas comunidades basearam sua subsistência na pesca artesanal, na agricultura de subsistência, na coleta de produtos da floresta e em práticas culturais como o fandango, o artesanato e as festas religiosas (DIEGUES, 2004). Essas práticas não apenas garantem a reprodução da vida material das comunidades, mas também constituem um patrimônio cultural imaterial de grande relevância para a identidade do povo caiçara.

Entretanto, as políticas ambientais implementadas nas últimas décadas têm gerado tensões e conflitos em Guaraqueçaba. Em muitos casos, as restrições impostas pelas unidades de conservação desconsideram os modos de vida tradicionais das comunidades, limitando o acesso aos territórios de pesca, às áreas de plantio e aos recursos naturais necessários para a subsistência (LIMA; DIEGUES, 2011). Essa situação tem sido objeto de críticas por parte de pesquisadores e movimentos sociais, que defendem uma gestão ambiental participativa, que reconheça e respeite os direitos territoriais das comunidades tradicionais (ARRUDA, 2009).

Além das questões ambientais, Guaraqueçaba enfrenta desafios estruturais relacionados à infraestrutura, ao transporte e ao acesso a políticas públicas de saúde, educação e saneamento básico. As condições de isolamento geográfico das comunidades insulares dificultam o acesso aos serviços públicos, o que impacta diretamente a qualidade de vida da população (PEREIRA; LOPES, 2018).

Nesse contexto, a educação assume um papel estratégico na promoção do desenvolvimento local e na valorização da cultura caiçara. As escolas das comunidades insulares enfrentam desafios relacionados à escassez de recursos, à formação continuada de professores e à necessidade de construir currículos que dialoguem com a realidade e os saberes das comunidades (CALDART, 2011). A proposta da educação do campo, nesse sentido, surge como uma alternativa pedagógica que busca romper com os modelos urbanos de ensino, promovendo uma educação contextualizada, crítica e emancipatória.

O reconhecimento do território como espaço educativo é um dos princípios fundamentais da educação do campo. Para Caldart (2011), a escola do campo deve ser um espaço que valoriza os saberes locais, promove o diálogo entre as gerações e fortalece o protagonismo das comunidades na construção de seus projetos de vida. Em Guaraqueçaba, essa perspectiva ganha ainda mais relevância diante dos desafios impostos pelas políticas ambientais e pelas condições de isolamento das comunidades.

As práticas culturais, como o fandango caiçara, o artesanato e as festas religiosas, podem ser incorporadas ao currículo escolar como elementos pedagógicos que promovem a valorização da identidade local e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Ao trabalhar esses elementos no contexto da educação patrimonial, a escola contribui para a formação de sujeitos que reconhecem a importância de sua cultura e de seu território, desenvolvendo uma consciência crítica sobre os processos históricos e sociais que os afetam (BRANDÃO, 2007).

O turismo cultural também se apresenta como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável para as comunidades de Guaraqueçaba. No entanto, para que o turismo seja uma prática realmente benéfica, é necessário que ele seja planejado e conduzido de forma participativa, envolvendo as comunidades na definição das estratégias e garantindo o respeito às suas práticas culturais e modos de vida (BARRETO, 2001).

A escola pode desempenhar um papel importante nesse processo, ao promover projetos pedagógicos que articulem o turismo cultural com a educação do campo e a educação patrimonial. Tais projetos podem incluir atividades como o mapeamento cultural da comunidade, a realização de roteiros turísticos pedagógicos, a produção de materiais educativos sobre a cultura caiçara e a organização de eventos culturais que envolvam estudantes, professores e a comunidade em geral.

Em síntese, a contextualização do território de Guaraqueçaba revela a complexidade e a riqueza de um espaço marcado por desafios e potencialidades. As comunidades caiçaras, com sua história, cultura e modos de vida, representam um patrimônio que precisa ser reconhecido, valorizado e protegido. A educação, nesse contexto, assume um papel central na construção de práticas pedagógicas que contribuam para o fortalecimento das comunidades e para a construção de um desenvolvimento territorial justo, solidário e sustentável.

CURRÍCULO, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O currículo escolar é, historicamente, um dos elementos centrais no debate educacional, pois materializa as escolhas políticas e pedagógicas que definem o que deve ser ensinado, como e para quem (MOREIRA; SILVA, 2002). No contexto da educação do campo, essa discussão ganha contornos ainda mais desafiadores, uma vez que, durante décadas, o currículo das escolas rurais foi pautado por conteúdos e

metodologias urbanas, distantes da realidade dos sujeitos que vivem e constroem os territórios do campo, das águas e das florestas (ARROYO, 2004).

A defesa de um currículo que reconheça e valorize o território como espaço educativo surge como uma resposta a essa lógica descontextualizada e colonizadora. Caldart (2011) argumenta que o território não é apenas o lugar onde a escola está localizada, mas o espaço vivido, carregado de memórias, saberes, práticas e lutas. É nesse território que os sujeitos constroem sua identidade, sua cultura e sua história. Portanto, o currículo deve ser construído a partir do diálogo com esse território, reconhecendo seus sujeitos como protagonistas do processo educativo.

Em Guaraqueçaba, o desafio de construir um currículo territorializado passa pela valorização da cultura caiçara e das práticas tradicionais das comunidades insulares. O fandango, a pesca artesanal, o artesanato, as festas religiosas e as narrativas orais são expressões culturais que, muitas vezes, foram invisibilizadas pelo currículo escolar tradicional. Ao integrar essas práticas ao currículo, a escola contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para a valorização dos saberes locais (BRANDÃO, 2007).

A educação patrimonial, nesse contexto, apresenta-se como uma abordagem pedagógica potente para promover o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural das comunidades. Segundo Chagas (2009), a educação patrimonial vai além da preservação de bens materiais, buscando estimular a reflexão crítica sobre o patrimônio cultural como expressão da identidade e da memória coletiva. É uma prática educativa que promove o diálogo entre as gerações, a valorização dos saberes populares e a construção de uma consciência crítica sobre os processos históricos que moldaram o território e a cultura local.

Ao trabalhar a educação patrimonial no currículo, a escola contribui para que os estudantes reconheçam o valor das práticas culturais de suas comunidades e compreendam a importância de sua preservação e valorização. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e a autoestima dos estudantes, que passam a se reconhecer como sujeitos portadores de saberes e protagonistas da construção de sua própria história (FREIRE, 1996).

O currículo territorializado e patrimonial deve ser construído de forma coletiva e participativa, envolvendo professores, estudantes, famílias e membros da comunidade. Essa construção coletiva permite que o currículo seja um reflexo da realidade local,

integrando os saberes acadêmicos aos saberes populares e promovendo uma educação significativa e contextualizada (MOLINA; JESUS, 2012).

A metodologia dos temas geradores, proposta por Paulo Freire (1996), é uma das estratégias que podem ser utilizadas para a construção desse currículo. Ao partir da realidade concreta dos estudantes e das comunidades, os temas geradores possibilitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas que dialogam com os interesses, as necessidades e os desafios do território. Essa abordagem contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

Em Guaraqueçaba, a construção de um currículo territorializado pode incluir projetos pedagógicos que articulem a educação patrimonial ao turismo cultural, à agroecologia, à pesca artesanal e às práticas culturais caiçaras. Esses projetos podem envolver atividades como o mapeamento cultural da comunidade, a produção de materiais educativos sobre o patrimônio cultural, a organização de eventos culturais e a realização de roteiros turísticos pedagógicos.

O mapeamento cultural, por exemplo, é uma prática que permite aos estudantes conhecerem e valorizarem as práticas culturais de suas comunidades, promovendo o diálogo entre as gerações e o fortalecimento da memória coletiva. A produção de materiais educativos, como livros, vídeos e exposições, contribui para a sistematização e a divulgação desses saberes, valorizando a cultura local e fortalecendo a identidade das comunidades (BRANDÃO, 2007).

A organização de eventos culturais e a realização de roteiros turísticos pedagógicos também são práticas que integram o currículo ao território, promovendo o protagonismo dos estudantes e o diálogo entre a escola e a comunidade. Essas atividades contribuem para a construção de uma educação que valoriza a cultura local, promove a cidadania e fortalece os vínculos comunitários.

Além disso, a educação patrimonial pode contribuir para o fortalecimento das lutas sociais das comunidades, ao promover o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais dos povos tradicionais. A escola pode atuar como espaço de formação política, estimulando o debate sobre as políticas públicas que impactam o território e fortalecendo o protagonismo das comunidades na defesa de seus direitos (CALDART, 2011).

Portanto, a construção de um currículo territorializado e patrimonial em Guaraqueçaba exige o compromisso da escola com a valorização dos saberes locais, o diálogo entre os diferentes sujeitos do território e a promoção de práticas pedagógicas que integrem a cultura, a história e a identidade das comunidades ao processo educativo.

Esse currículo deve ser construído coletivamente, a partir das demandas e das potencialidades do território, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação social.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada na perspectiva da pesquisa participante, conforme defendem Brandão (2007) e Thiolent (2011). Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreender o território de Guaraqueçaba e as práticas culturais caiçaras a partir da escuta ativa dos sujeitos envolvidos, reconhecendo-os como protagonistas da construção do conhecimento.

Segundo Brandão (2007), a pesquisa participante rompe com a lógica da pesquisa sobre o outro, propondo uma investigação com o outro, baseada no diálogo e na construção coletiva do saber. Essa perspectiva metodológica valoriza o conhecimento produzido pelos sujeitos da pesquisa e reconhece o território como espaço de saberes e práticas que precisam ser compreendidos em sua complexidade.

O percurso metodológico foi desenvolvido em três etapas complementares: levantamento bibliográfico e documental, observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas com moradores, educadores e agentes culturais das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba-PR.

O levantamento bibliográfico teve como objetivo fundamentar teoricamente as discussões sobre educação do campo, educação patrimonial, currículo territorializado e turismo cultural. Foram consultadas obras de autores como Caldart (2011), Freire (1996), Brandão (2007), Chagas (2009), Molina e Jesus (2012), entre outros, que contribuem para a compreensão das potencialidades e desafios da construção de uma educação comprometida com o território e com a cultura local.

A análise documental incluiu o estudo de documentos oficiais, como o Projeto Político-Pedagógico da escola participante, leis e políticas públicas relacionadas à educação do campo e à preservação do patrimônio cultural, bem como relatórios e registros das atividades culturais desenvolvidas nas comunidades.

A observação participante foi realizada em eventos culturais, como apresentações de fandango, festas religiosas e atividades pedagógicas que envolviam a cultura caiçara. Essa etapa permitiu uma aproximação sensível e respeitosa às práticas

culturais da comunidade, possibilitando o registro das dinâmicas sociais, dos saberes e das relações que permeiam o cotidiano das famílias caiçaras.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com lideranças comunitárias, educadores, estudantes e mestres da cultura local. As entrevistas buscaram captar as percepções dos sujeitos sobre a relação entre educação, cultura e território, bem como identificar as potencialidades e os desafios da construção de um currículo que valorize a educação patrimonial e o turismo cultural.

A análise dos dados foi realizada a partir da técnica da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que possibilita a sistematização e a interpretação das informações coletadas, buscando identificar categorias temáticas que emergem do material empírico. As categorias definidas foram: identidade cultural e pertencimento; desafios da educação no território; potencialidades do turismo cultural; e práticas pedagógicas de valorização do patrimônio.

É importante ressaltar que, durante todas as etapas da pesquisa, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, garantindo o anonimato dos participantes e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Além disso, a pesquisa foi orientada pelo compromisso político-pedagógico de contribuir para o fortalecimento das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba, buscando valorizar seus saberes, suas práticas culturais e suas lutas em defesa do território e da cultura local.

Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão profunda e situada da realidade das comunidades pesquisadas, possibilitando a construção de uma análise que respeita a complexidade do território e reconhece os sujeitos como protagonistas da produção do conhecimento. Dessa forma, a metodologia adotada fortalece o compromisso ético, político e epistemológico da pesquisa com a transformação social e com a construção de uma educação que valorize a cultura, o território e os saberes populares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciaram a riqueza e a complexidade do patrimônio cultural das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba, reafirmando a

centralidade da cultura local como elemento estruturante da identidade e da resistência desses povos. A escuta atenta dos sujeitos, por meio das entrevistas e da observação participante, revelou um território marcado por desafios históricos, mas também por práticas cotidianas de resistência cultural e de (re)existência social.

As falas dos educadores e dos moradores destacaram o papel da escola como um dos poucos espaços públicos presentes nas comunidades insulares, sendo, portanto, uma instituição que carrega consigo grandes responsabilidades. A escola não é apenas um lugar de ensino formal, mas também um espaço de encontro, de troca de saberes e de fortalecimento dos laços comunitários. Essa dimensão social da escola foi destacada por diversos participantes, que reconhecem nela um potencial estratégico para a valorização da cultura local e para o fortalecimento da identidade caiçara.

As entrevistas evidenciaram, no entanto, que a presença da cultura caiçara no currículo escolar ainda é incipiente e, muitas vezes, restrita a ações pontuais, desvinculadas de uma proposta pedagógica mais ampla e estruturada. Os educadores relataram dificuldades em articular o currículo às práticas culturais da comunidade, seja pela ausência de materiais didáticos contextualizados, seja pela falta de formação específica sobre educação do campo e educação patrimonial.

Apesar dessas dificuldades, algumas experiências exitosas foram relatadas, como projetos de valorização do fandango, oficinas de artesanato e ações educativas realizadas em parceria com mestres da cultura local. Essas práticas demonstram que, quando a escola se abre para o diálogo com a comunidade e reconhece os saberes locais como legítimos, é possível construir um currículo mais significativo e conectado com a realidade dos estudantes.

As falas dos entrevistados reforçam a importância de se valorizar o patrimônio cultural caiçara no ambiente escolar como parte do processo de ensino e aprendizagem. Os sujeitos entrevistados destacaram tanto os desafios quanto as potencialidades dessa integração entre escola, território e saberes tradicionais:

“A gente vê que a escola tá começando a olhar diferente pra nossa cultura. Antigamente, essas coisas como o fandango e a pesca eram deixadas de lado, hoje já estão começando a valorizar.”
(Morador da comunidade da Ilha Rasa, 58 anos)

“Eu aprendi a pescar com meu avô. Ensinar isso pros mais novos na escola é importante pra eles saberem de onde vieram.”
(Pescador artesanal, 63 anos, Guaraqueçaba)

“Turismo é bom, mas tem que ser com respeito. Não é pra vir aqui tirar foto e ir embora, é pra entender nossa vida, nossa luta.”
(Liderança comunitária, 45 anos)

Esses relatos apontam para uma consciência viva da importância do território como espaço formativo e da escola como mediadora do diálogo entre tradição e transformação. Revelam, também, o desejo da comunidade de ver seus modos de vida representados de forma respeitosa no currículo escolar.

Outro aspecto destacado foi o potencial do turismo cultural como estratégia de desenvolvimento local. Os participantes reconheceram que o turismo pode gerar oportunidades econômicas para as comunidades, mas também expressaram preocupações em relação à mercantilização da cultura e à exploração desrespeitosa das práticas tradicionais. Nesse sentido, a educação aparece como uma ferramenta fundamental para qualificar o turismo cultural, garantindo que ele seja desenvolvido de forma ética, participativa e respeitosa com os sujeitos e com o território.

As categorias de análise construídas a partir da pesquisa – identidade cultural e pertencimento; desafios da educação no território; potencialidades do turismo cultural; e práticas pedagógicas de valorização do patrimônio – evidenciam a complexidade e a inter-relação entre os diversos aspectos que compõem a realidade das comunidades caiçaras.

A categoria "identidade cultural e pertencimento" revelou o orgulho que os sujeitos têm de sua cultura e de suas práticas tradicionais, mas também as ameaças que enfrentam em função das políticas ambientais restritivas e das pressões externas que desvalorizam suas formas de vida. Nesse contexto, a escola pode atuar como um espaço de resistência cultural, promovendo o reconhecimento e a valorização da identidade caiçara.

A categoria "desafios da educação no território" apontou para as dificuldades estruturais enfrentadas pelas escolas, como a precariedade da infraestrutura, a carência de materiais didáticos contextualizados e a formação insuficiente dos professores para trabalhar com a realidade do campo. Esses desafios exigem políticas públicas específicas e o fortalecimento da formação continuada dos educadores.

A categoria "potencialidades do turismo cultural" destacou a importância de desenvolver o turismo de forma planejada e participativa, envolvendo as comunidades na definição das estratégias e garantindo que os benefícios sejam compartilhados de forma justa. A educação, nesse sentido, pode contribuir para a formação de sujeitos

críticos e preparados para atuar no planejamento e na condução de práticas turísticas que respeitem a cultura e o território.

Por fim, a categoria "práticas pedagógicas de valorização do patrimônio" evidenciou que, apesar das dificuldades, existem experiências potentes nas escolas que demonstram o potencial transformador da educação patrimonial. Essas práticas, quando articuladas ao currículo e desenvolvidas em parceria com a comunidade, contribuem para o fortalecimento da identidade cultural, para a valorização dos saberes locais e para a construção de uma educação que reconhece o território como espaço de aprendizagem.

Entre essas práticas, a pesca artesanal ocupa papel central na vida das comunidades caiçaras, sendo não apenas uma atividade econômica, mas um verdadeiro modo de vida construído sobre saberes ancestrais e relações sustentáveis com o ambiente.

Figura 3 – Canoeiro em atividade de pesca artesanal na Baía de Guaraqueçaba, prática tradicional das comunidades caiçaras.



Fonte: Acervo do autor, 2024.

A imagem ilustra a relação simbiótica entre os pescadores e o território, revelando uma prática que integra técnica, respeito à natureza e identidade cultural. Ao ser reconhecida pela escola como patrimônio vivo, a pesca artesanal torna-se também conteúdo educativo e instrumento de resistência socioterritorial.

Os resultados desta pesquisa, portanto, reforçam a importância de construir políticas públicas que reconheçam as especificidades das comunidades caiçaras e que valorizem a educação do campo como estratégia de desenvolvimento territorial. A escola, ao assumir seu papel político e social, pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável, fortalecendo as comunidades tradicionais em suas lutas por direitos, por reconhecimento e por dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a relação entre currículo, território e educação patrimonial nas comunidades caiçaras de Guaraqueçaba é também reafirmar o papel da educação como um dos principais instrumentos de resistência cultural, social e territorial. O percurso deste estudo revelou que o patrimônio cultural caiçara, com suas práticas, saberes e modos de vida, representa um legado vivo que resiste às pressões do esquecimento, da invisibilização e da descaracterização promovida pelas políticas hegemônicas de desenvolvimento.

A escola, ao se comprometer com uma educação territorializada, tem o potencial de se transformar em espaço de escuta, diálogo e valorização da cultura local. Para que isso se concretize, é fundamental que o currículo seja revisto a partir da realidade dos sujeitos que vivem nas comunidades, considerando suas experiências, suas lutas e suas perspectivas. Um currículo vivo, comprometido com o território, precisa ir além da reprodução de conteúdos descontextualizados, abrindo-se para as narrativas, os saberes e as práticas que dão sentido à vida das comunidades caiçaras.

Os resultados desta pesquisa mostraram que, embora haja desafios estruturais e pedagógicos significativos, também existem experiências potentes nas escolas de Guaraqueçaba que demonstram o caminho possível para a construção de uma educação que respeite e valorize o patrimônio cultural. Projetos que envolvem o fandango, o artesanato, a pesca artesanal e outras práticas tradicionais revelam que a escola pode ser um espaço de resistência e fortalecimento da identidade cultural.

Além disso, a articulação entre educação patrimonial e turismo cultural se apresenta como uma estratégia promissora para o desenvolvimento sustentável das comunidades. No entanto, esse turismo precisa ser construído coletivamente, com protagonismo das comunidades e respeito aos seus direitos culturais e territoriais. A

escola pode desempenhar um papel central nesse processo, formando sujeitos críticos e preparados para atuar na gestão do turismo de forma ética e responsável.

Assim, as considerações finais deste estudo reafirmam a necessidade de políticas públicas que reconheçam as especificidades das comunidades tradicionais, garantindo o direito à educação de qualidade, contextualizada e territorializada. Reafirmam, também, a importância de fortalecer a formação dos educadores, para que possam desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com o território e com a cultura local.

Por fim, este trabalho deixa como legado a defesa de uma educação que, ao invés de se afastar da realidade dos sujeitos, se aproxime de suas vivências, de seus saberes e de suas lutas. Uma educação que reconheça o território como espaço de vida, de memória e de futuro, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Que as marés, os remos e os cantos das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba continuem a inspirar práticas pedagógicas que resistam ao silenciamento e fortaleçam a (re)existência de saberes ancestrais e de culturas vivas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Araújo de (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. p. 15-40.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Margarita. Planejamento turístico: uma proposta metodológica. Campinas: Papirus, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Araújo de (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2011. p. 71-110.
- CHAGAS, Mário. Educação patrimonial: uma prática social. Brasília: IPHAN, 2009.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUPO DE FANDANGO CAIÇARA PIRÃO DO MESMO ILHA RASA. [Fotografia de apresentação do grupo tradicional caiçara]. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_JtjCbugeB/. Acesso em: 2 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2025.

LIMA, Denise; DIEGUES, Antonio Carlos. Territórios tradicionais e unidades de conservação: desafios e perspectivas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Araújo de (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Bárbara. Crianças caiçaras de Guaraqueçaba – PR: relações com a natureza. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Barbara%20Pereira.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

Submetido em: 14 / 05 / 2025

Aceito em: 30 / 06 /2025